



Bloco de Esquerda

Grupo Parlamentar

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Educação, Ciência,
Juventude e Desporto

Deputado Firmino Marques

Assunto: Requerimento para audição pública na Comissão de Educação e Ciência, Juventude e Desporto das escolas de música com ensino articulado e supletivo

Chegou ao conhecimento do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda que o concurso de financiamento para as escolas de música com ensino articulado, lançado pelo Ministério da Educação em agosto, resultou num corte assinalável no número de vagas.

Esta situação coloca em causa não só as turmas, entretanto já criadas, como o processo de seleção dos alunos e alunas, que acontece antes da formação de turmas e tem início em março.

O corte na participação do financiamento do número de alunos que ingressam no ensino articulado afeta todo o ciclo de estudos e faz com que um número significativo de alunos e alunas tenham de pagar uma propina para frequentar o ensino articulado da música no âmbito de um contrato celebrado com o Ministério da Educação, ou seja, no âmbito da Escola Pública.

Este corte cego e de racionalidade pouco objetiva e nada transparente coloca em causa o direito do acesso à cultura, que, em muitas localidades do nosso território, se faz exclusivamente através da música e das instituições, associações e escolas que a ela se dedicam. Por esta razão, estas instituições contribuem para a coesão territorial.

Não sendo recente a desvalorização do ensino artístico ao nível do ensino regular, o Bloco de Esquerda defende que a Escola Pública deve assegurar currículos capazes de responder a estas necessidades em todo o país, garantindo igualdade de oportunidade a todos os alunos independentemente do concelho de residência de cada um.

Os resultados do concurso foram conhecidos em inícios de setembro. Cerca de 60 escolas viram o seu financiamento cortado, com redução do número de vagas que não foi acompanhada da criação de qualquer alternativa para os alunos que pretendem entrar no ensino artístico. A Comunidade Intermunicipal de Leiria foi a mais prejudicada em todo o país, tendo havido escolas com muitos anos de atividade regular que sofreram cortes muito acentuados. O Orfeão de Leiria passou de 73 vagas em 2018 para 29 vagas e a Sociedade Artística Musical dos Pousos (SAMP) passou de 22 para 8 vagas.

As escolas terão seguido os procedimentos habituais, com comunicação das perspetivas de inscrição em março, tendo sido notificados de cortes de cerca de 80% das vagas apenas em meados de agosto,

momento em que os alunos já estavam matriculados, as turmas formadas e os meios humanos contratados. É do conhecimento público que vai acontecer um novo concurso de financiamento, mas até ao momento nada se sabe a respeito das datas de abertura nem dos montantes de financiamento e as aulas já iniciaram.

Estas escolas em concreto, que não são casos isolados no país, têm provas dadas com uma elevada estabilidade no número de alunos e no seu sucesso. Os seus dirigentes desconhecem os critérios definidos pelo Governo para atribuição de vagas a nível nacional e regional. O Bloco de Esquerda considera que devem ser tomadas medidas urgentes para resolver a situação e que a Assembleia da República deve ouvir os profissionais do ensino articulado.

Nesse sentido, ao abrigo do regimento da Assembleia da República, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a realização de uma audição pública em sistema misto (presencial e videoconferência) na Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República das escolas de música com ensino articulado com as seguintes características e procedimentos:

- a) o convite será dirigido a todas as escolas com ensino articulado e supletivo;
- b) será dado prazo de inscrição de uma semana e pedido de indicação sobre se pretendem intervir oralmente e sobre se pretendem participar presencialmente ou por videoconferência;
- c) as inscrições serão aceites por ordem de chegada até ao máximo de 12 entidades, seja presencialmente, seja por videoconferência;
- d) prevendo 90 minutos de audição, o tempo será distribuído pelos pedidos de intervenção garantindo um máximo 5 minutos por intervenção;
- e) esgotada a lotação do espaço para participações presenciais, as entidades serão convidadas a participar através do formato a distância;
- f) esgotado o número de intervenções orais possíveis, as entidades serão convidadas a entregar uma intervenção escrita.

Assembleia da República, 06 de outubro de 2020.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,

Alexandra Vieira

Joana Mortágua

Luís Monteiro

Ricardo Vicente